



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 06/2009

-----Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Março de dois mil e nove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro, António José Ascensão Fraga e José Manuel Saraiva Cardoso.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da acta anterior.**
- 2. Período antes da ordem do dia.**
- 3. Prorrogação do prazo previsto na cláusula nº 4 do protocolo celebrado com a Banda Boa União – Musica Velha, celebrado em 4 de Março de 2004.**
- 4. Informações do Serviço Jurídico sobre o ponto da situação do processo da “Da Nascente”.**
- 5. Apresentação do programa funcional do Centro de Alto Rendimento em Altitude das Penhas Douradas.**
- 6. Apresentação do estudo prévio para a Requalificação Urbana e Reversão do Complexo Fabril de S. Gabriel.**
- 7. Assuntos tratados por subdelegação.**
- 8. Outros assuntos.**

Intervenção de Múncipes.-----

-----Para efeitos de usarem a palavra procederam à pré-inscrição os Senhor Múncipes José Duarte Sabugueiro Batista, António Martins Carvalho, José Manuel Paiva Ferreira, Eduardo Manuel Matos Massano e Graça Massano Santos.-----

-----O Múncipe José Duarte Sabugueiro Batista começou por referir que a Câmara Municipal já conhece as razões da sua intervenção. A 1ª é sobre o caminho onde continua a não poder passar com o tractor para os terrenos depois de a Câmara proceder às obras; a 2ª é sobre a ligação do saneamento à casa cujo requerimento apresentou em 2003 e a 3ª é sobre a ligação da água ao contador instalado na sua propriedade. Perguntou quando é que estes assuntos estariam resolvidos pois continua a verificar que por parte da Câmara Municipal existem



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

maldades contra a sua pessoa, porque estas questões têm vindo a arrastar-se ao longo do tempo e solicitou que fosse tratado como um qualquer Munícipe do Concelho. Entretanto reafirmou que não consentia que fosse mudado o contador para fora da propriedade; quando é que arranjavam o caminho e quando é que obtêm uma resposta ao requerimento do esgoto.-----

-----O Munícipe António Martins Carvalho como porta-voz dos sete Múncipes presentes, todos com casa e prédios nas Lameiras, solicitou que a Câmara Municipal pedisse à EDP para que fosse colocada a electricidade nesse caminho para que, depois os moradores possam pedir a ligação às suas casas. Este pedido agora apresentado tem a ver com o conhecimento de que a estrada iria ser alcatroada e não é depois de deitarem o alcatrão, que os postes eléctricos serão colocados. Também referiu que o pedido foi feito há uns anos atrás mas que nunca foi dada uma resposta. Esclareceu ainda que quando se deslocam às casas nas Lameiras usam os geradores, velas e os candeeiros a gás mas gostavam de ir mais vezes quando tivessem melhores condições. Açam que não estão a pedir muito, porque o último poste da electricidade está a cerca de 800 metros das casas e gostariam que a Câmara não demorasse muito a responder a este pedido. -----

-----O Senhor Presidente começou por esclarecer o Munícipe José Duarte Sabugueiro Batista que nunca existiu nenhum caminho como foi referido, mas sim uma vereda, pois como é do conhecimento de todos é conhecedor do sítio referido e só existe e existiu ali sempre uma vereda. Quanto ao esgoto está tudo em vias de ser regularizado e está feita a condução do saneamento. Relativamente à ligação da água o contador tem que ficar fora da propriedade, como o da EDP e outros; são normas nacionais e também o regulamento da Câmara Municipal assim o diz e assim será colocado o contador fora da propriedade. -----

-----O Munícipe José Duarte Sabugueiro Batista interrompendo o Senhor Presidente e num tom ameaçador disse: *“sabe o que é que eu lhe digo, é não haver justiça, porque se houvesse justiça os Senhores já não estavam aí. Se a justiça funcionasse o Senhor já não estava aí”*. ----- Quanto ao caminho disse: *“se não é um caminho então façam-no”*-----

-----Continuou o Senhor Presidente para resumir que quanto aos assuntos do Munícipe José Duarte Sabugueiro Batista, ficariam assim definidos: 1º aquilo não é caminho e está definido que não é; 2º o esgoto será ligado nos termos do Regulamento e a partir do momento em que fôr requerido e terá o Munícipe um prazo para legalizar todo o processo habitacional; 3º - Quanto à ligação da água será feita nos termos do regulamento. -----

-----Relativamente ao pedido do Munícipe António Martins Carvalho e em representação dos outros Múncipes informou que não está nas previsões da Câmara Municipal proceder ao alcatroamento do caminho das Lameiras, sendo que o PNSE não o permite. Era gosto da Câmara Municipal que o processo fosse diferente. Aquele espaço está sob a égide de jurisdição e planeamento do PNSE e não deixam alcatroar o caminho. Foi feita a tentativa por parte da Câmara Municipal para que o Parque autorizasse mas não foi obtido o resultado favorável. Pediu



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desculpa por não ter havido resposta ao pedido de 2007. Sobre o processo e a hipótese da colocação da electricidade, depende do parecer do Parque e este impede que haja colocação de postes exteriores naquela área. O Senhor Vereador José Pinheiro falou na altura com a EDP no sentido de ser colocada a iluminação e a EDP contactou o Parque e este respondeu que era impensável autorizar a colocação de postes exteriores. Foi novamente colocada a questão à EDP por parte do Senhor Vereador José Pinheiro, da possibilidade de enterramento da rede e a EDP colocou ao Parque essa hipótese. Mas como se sabe o Parque encontra-se numa fase em que não emite qualquer parecer devido a encontrar-se no prazo de cento e cinquenta dias após a discussão pública do novo plano. Está-se a aguardar que o prazo finde para que possa ser dada uma resposta do Parque à EDP. Assim que tal acontecer será analisada a situação, se verá qual a posição que poderá ser adoptada para as construções com entendimento entre a Câmara, proprietários, Parque Natural e EDP. -----

-----O Múncipe José Manuel Paiva Ferreira ainda no seguimento do pedido já feito para a ligação da luz às casas situadas nas Lameiras, reforçou o pedido e informou que já têm filhos, que os levam para as quintas, mas que sem luz não podem sequer ligar um frigorífico ou uma televisão para que tenham as mesmas condições que têm na Vila. Mencionou ainda que não entende como é que o Parque não autoriza a instalação da luz e a mini-hídrica pode passar a conduta e ter luz na casa da captação. Pediu ao Senhor Presidente para que tudo faça para que seja instalada a luz naquele lugar. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que o Parque quando deu pareceres sobre a reconstrução das cortes/casas impuseram condições para não haver ligação eléctrica nem saneamento, mas irá diligenciar junto do Parque para que possam ser revistas estas condições. -

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usando da palavra questionou se a mini-hídrica tendo um ponto de luz a montante destas casas porque é que o tubo que leva a energia não podia ser passado outro que pudesse servir estas casas? Achou estranho que esta questão não tenha sido já resolvida, não sendo uma questão nova que vem desde 2005 ou 2006. Ouviu o Senhor Presidente falar do pedido de parecer ao Parque Natural e como se sabe só a partir de 27 de Março, o Parque Natural poderá emitir parecer, mas acha estranho que a Castanheira tenha postes a iluminar giestas e pinheiros e que as Lameiras onde existem ainda tantas pequenas quintas, onde as pessoas querem cultivar as terras e onde pretendem ter algum conforto, não tenham uma distribuição de energia eléctrica que lhes possibilite uma melhor qualidade de vida. Não encontra nada na Lei, nem Regulamentos do Parque Natural da Serra da Estrela, que impeçam a passagem da electricidade. Espera que a Câmara Municipal perante este pedido possa ter a disponibilidade imediata para a resolução do problema. -----

-----O Senhor Presidente referiu que são do conhecimento do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho as posições já que foram tomadas sobre este assunto em reuniões em que também esteve presente. Já manifestou mais do que uma vez a sua discordância das posições que são



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tomadas pelo Parque Natural em relação esta e outras matérias. Todos os esforços são feitos em defesa das pessoas, mas como todos sabem, a parte do Valer Glaciar do Zêzere é um espaço cujo ordenamento é da jurisdição do Parque. O seu parecer é vinculativo e a Câmara tem que se lhe submeter. Não se pode atribuir qualquer responsabilidade à Câmara Municipal. --

-----O Senhor Vice-Presidente também em relação este assunto esclareceu que a Câmara Municipal tem demonstrado ao longo dos anos toda a boa vontade em promover a qualidade de vida das pessoas que moram nas Lameiras. Recordou que foi construída a ponte depois dos problemas que houve naquela zona, custando muito dinheiro, e foi pela preocupação com as pessoas que ali habitam é que foi executada, não oferecendo mais perigos no seu atravessamento. Também não foi por acaso que a Câmara Municipal tomou a iniciativa de agora melhorar o caminho. Lembrou que o caminho era da responsabilidade da ex-DRABI e o ex-Presidente da Câmara face à má execução da obra nunca aceitou o caminho nas condições em que foi construído e a Câmara Municipal acabou por assumir um caminho que era da responsabilidade da DRABI e onde todos os anos promove a sua manutenção. A intervenção agora feita com o arranjo mais profundo das valetas irá proporcionar que o caminho se mantenha mais transitável. Tem conhecimento que o Parque não quer que se faça nada ali; que não haja o fornecimento de água, de saneamento, de recolha de resíduos, nem a electricidade. Mas terá que haver capacidade por parte da Câmara Municipal, e haverá com certeza, para convencer o Parque Natural que é importantíssimo que aquele vale não seja abandonado. Uma coisa é ter-se um vale que parece um jardim com o esforço de todos os que cultivam as batatas, os feijões e outros produtos e outra coisa é ter-se ali uma coisa que não se parece com nada, com o abandono de terrenos. Só criando condições é que se fixam as pessoas.-----

-----O Senhor Vereador António Fraga referiu que a sequência das intervenções que ouviu sobre a electrificação da zona das Lameiras e conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas, não é contra a preservação do ambiente, são situações perfeitamente conciliáveis. Não quer acreditar, que no século XXI não haja soluções técnicas para ultrapassar o problema e apelou ao Senhor Presidente da Câmara, que em nome da Câmara Municipal reforce mais uma vez esta posição perante o Parque Natural. Há uns anos atrás, verificou que por motivos idênticos, havia dois pesos e duas medidas por parte do Parque Natural da Serra da Estrela: um peso e uma medida para o Concelho de Manteigas e para outros Concelhos, outro peso e outra medida.-----

-----A Múncipe Graça Massano Santos informou que os pais dos presentes deixaram-lhes lá as cortes que eram para o gado. Mas cada um à sua maneira arranjaram-nas como puderam. A Múncipe, com muito trabalho, tem lá uma casa com todas as comodidades que são necessárias, mas não tem electricidade. No momento está desempregada e paga renda em Manteigas, mas não sabe, se poderá ter de deixar a casa em Manteigas para ir viver nas Lameiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente agradeceu as intervenções dos Munícipes dando seguimento aos pontos da ordem de trabalhos. -----

Aprovação da acta anterior.-----

-----Achada conforme, foi a acta da reunião anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

Período antes da ordem do dia.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho questionou se no Concelho existe a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e como funciona. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a Câmara Municipal tomou a iniciativa de constituir a Comissão e instalá-la. Foi recebida uma resposta anteontem onde foi dado acolhimento à pretensão do Município e que onde dão conhecimento dos procedimentos que se devem adoptar e a metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens. Referiu ainda que no espaço de dois ou três meses a Comissão deverá estar em funcionamento.-----

-----O Senhor Vereador António Fraga usando da palavra começou por dizer que para tranquilizar a maioria que gere a Câmara Municipal de Manteigas no que diz respeito ao Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Manteigas, informou que leu na pagina 76 do Plano de Actividades para 2009 da Unidade Local de Saúde do Distrito da Guarda e no parágrafo cujo titulo é: “ *Reorganização e qualificação*” a seguinte afirmação: *os Centro de Saúde onde existe Serviço de Atendimento Permanente em período diurno e nocturno, Almeida, Fornos, Manteigas, Pinhel, etc, merecerão um estudo no sentido de avaliar a necessidade de manter a actual situação para evoluir para um figurino de apenas uma consulta de situações agudas das 8.00 horas às 24.00 horas em 7 dias por semana, excepto Manteigas, que devido às suas especificidades geográficas e de recursos humanos manterá 24 horas de prevenção para a doença aguda*”. Como pode o Senhor Presidente verificar existe SAP em Manteigas e mais importante é que o SAP em Manteigas manterá as actuais condições de 24 horas por dia e 7 dias por semana. Afirmou ainda e dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, que tinha uma grande preocupação em que o SAP só estaria aberto até às eleições, que pode acalmar a população e pode recorrer ao Senhor Director do Centro de Saúde solicitando informação sobre o documento que leu.-----

Segundo ponto: referindo-se à Rua das Entre-Hortas disse que as obras começaram hoje e tinham que começar, pois era dia de reunião de Câmara. Deixou expresso que reina a total impunidade em Manteigas no que toca a alguns Empreiteiros. Curiosamente tendo falado há quinze dias sobre a colocação dos andaimes sem qualquer evolução da obra, tinha que ser logo hoje de manhã, dia de nova sessão de Câmara que tinha de começar a obra. Isto demonstra total falta de respeito pela Câmara Municipal e pelos Munícipes.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Terceiro ponto: na EN 232 mais propriamente na recta onde estão as habitações do Senhor Francisco Botão de Elvas e do Senhor Marques, deve haver lixo na valeta, porque antontem havia grande quantidade de água a correr para a estrada.-----

Por ultimo ponto, verificou que junto a S. Gabriel a valeta depois de limpa continua a ter muita pedra, deduzindo que não foi bem limpa.-----

-----O Senhor Vice-Presidente usou da palavra para esclarecer que desde o princípio houve um grande equívoco em relação ao SAP do Centro de Saúde. Nunca foi a Câmara Municipal que veio para os jornais em diversas ocasiões e com a frequência com que se sabe a dizer que os SAP's encerravam: foi o Ministério da Saúde, foi a Senhora Ministra, a actual e o anterior. Dirigindo-se ao Senhor Vereador António Fraga disse-lhe que não ficava descansado, apesar do que foi lido. Sabe-se que a partir de determinada idade, independentemente da vontade do Ministério da Saúde, os médicos não são obrigados e podem escusar-se a fazer o Serviço de Urgência. Pois não fica descansado, porque basta que os médicos exerçam esse direito e a vontade do Senhor responsável que escreveu esse Plano fica comprometido.-----

O que foi feito foi para que não houvesse o encerramento do SAP e se o Governo não queria que houvesse sobressalto não deveria ter vindo para as primeiras páginas dos jornais de maior expansão nacional com estes assuntos.-----

-----O Senhor Vereador António Fraga respondeu ao Senhor Vice-Presidente dizendo que nem todos os jornais lhe oferecem confiança e a Câmara Municipal teve um exemplo muito recente, quando o Jornal do Fundão na edição em que publica afirmações do Senhor Vereador da Câmara Municipal da Covilhã sobre a Estrada de Vale de Amoreira para Verdelhos, não divulga a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, só o tendo feito na edição da semana seguinte. Acha o Senhor Vice-Presidente isto justo? É isto jornalismo sério? A Câmara não pode confiar em jornais, devia era ter contactado o Ministério da Saúde. Se era tanta a preocupação do Senhor Vice-Presidente e se no dia 10 de Dezembro de 2008 é tratada a situação em reunião de Câmara, como explica que só no dia 23 de Dezembro seja enviado ofício à Senhora Ministra da Saúde a questionar a situação. Continua a defender que o SAP deve funcionar sem presença física no período nocturno e sim em regime de prevenção, sendo absolutamente contra o encerramento.-----

-----O Senhor Presidente sobre este assunto referiu que se criou alguma controvérsia não sabendo porquê. Todos os Municípios da Beira Interior Norte emitiram opiniões a começar por aquele que iria ter um helicóptero para substituir o SAP, o Município de Aguiar da Beira. Sobre a matéria do Centro de Saúde de Manteigas, o Ministério não é exemplo nenhum de cordialidade nem de boa gestão. O Centro de Saúde de Manteigas foi constituído e a tal Rua de Entre-Hortas ainda é um resquício desse contrato que era para manter as camas de internamento activas até que houvesse alternativa. Foi esse o compromisso assumido com a Câmara Municipal de Manteigas, com alguém que está nessa Unidade Local de Saúde que garantiu que se a Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal fizesse as obras exteriores e que se alargasse a Rua que as camas de internamento se mantinham activas. Posteriormente e muito antes de Dezembro foi feito um ofício à Senhora Ministra solicitando que até haver serviços alternativos mantivesse o internamento mas o que é facto é que não aconteceu. Disse ainda ao Senhor Dr. Fraga como profissional que todos prezam, acompanhado dos dois colegas médicos e da equipa de enfermagem, que Manteigas no futuro dificilmente terá três médicos no Centro de Saúde em cuidados primários, porque pela população existente só terá dois. O que significa que, se por qualquer motivo existir abandono de um dos médicos, Manteigas não terá unidade de SAP. Isto são dados pragmáticos. O que deve existir é que todos estejam unidos, nesta matéria, para que o Ministério não tome atitudes que mais uma vez prejudiquem Manteigas. -----

-----O Vereador António Fraga respondeu que a realidade é que há três médicos, espera que uma gestão camarária adequada contribua para aumentar a população residente. -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho manifestando a sua opinião sobre o assunto do Centro de Saúde referiu que do que ouviu lhe parece que existe algum desalento por parte do Senhor Vice-Presidente porque o Centro de Saúde não fechou.-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho tinha entendido muito mal a sua intervenção.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, disse que o que o Senhor Vereador António Fraga quis deixar registado, era que a Câmara Municipal tomasse conhecimento oficial de uma mensagem que é oficial e que está no Centro de Saúde e que a Câmara Municipal deve conhecer. Também não existem dúvidas, que todos têm que se debater para que SAP não encerre o que já foi feito através da missiva que o ano passado foi feita ao Ministério da Saúde e que teve a anuência de todo o Executivo. Recordou, que já no verão de 2008, foi reconhecido em reunião de Câmara que o SAP não iria encerrar porque foi reconhecido que aquilo que foi adaptado para Trás-os- Montes, era exactamente o que estava a acontecer em Manteigas e se foi essa a medida ali implementada, nunca poderia ser ao contrário em Manteigas. Ficou nessa altura descansado, porque se este método estava a ser utilizado para alguns pontos do País, também continuaria a ser utilizado em Manteigas. Comentou ainda o uso do Boletim Municipal para a publicação de falso alarmismo sobre o encerramento do SAP, desafiando o Sr. Vice-Presidente a que na próxima edição, seja inserida uma mensagem com o conteúdo do texto enviado ao Centro de Saúde e que agora ficou transcrito para a acta. -----

-----O Senhor Vice-Presidente respondendo ao Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho esclareceu que os seus pressupostos eram falsos. Na introdução da petição dizia-se claramente: *“caso se venha a confirmar a intenção do Ministério da Saúde de encerrar o SAP enviaremos a seguinte petição ao Ministério da Saúde.* Foram sempre colocados estes termos hipotéticos. Houve a má experiencia quando do Internamento e não se queria que a história se repetisse. Nunca foi a Câmara Municipal de Manteigas que anunciou, ouvindo a Senhor Ministra dizer que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

iria fazer uma remodelação entendendo a sua preocupação, sabendo que o SAP de Manteigas é aquele que tem menor índice de atendimento durante a noite com 0,5/ habitante/noite e custando admitir que o Ministério da Saúde tenha encerrado o Centro de Águeda e deixe aberto o SAP de Manteigas. Mas ficou feliz com esta situação. O que é importante é que o SAP funcione e não haja política e partidos nesta e noutras situações de interesse para o Concelho. --

Prorrogação do prazo previsto na cláusula nº 4 do protocolo celebrado com a Banda Boa União – Musica Velha, em 4 de Março de 2004.-----

Foi presente o ofício da Banda Boa União – Musica Velha, datado de 15 do corrente mês de Março em que solicita a prorrogação por mais cinco anos, o prazo previsto na cláusula nº 4 do protocolo celebrado com a Banda Boa União – Musica Velha, em 4 de Março de 2004, que diz: *“A Banda compromete-se a edificar no espaço cedido pela Câmara, dentro de um prazo que não pode exceder cinco anos, os edifícios previstos no projecto atrás referenciado”.*

Analisado o pedido, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, prorrogar o prazo solicitado, considerando o início logo que a Câmara Municipal disponibilize os espaços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

Informações do Serviço Jurídico sobre o ponto da situação do processo da “Da Nascente”.

Para conhecimento foram presentes as informações do Serviço Jurídico sobre o ponto da situação do processo da “Da Nascente”, que a seguir se transcrevem:

“Em cumprimento do verbalmente solicitado, apresento síntese sumária das questões abordadas em reunião realizada no dia 16.03.2008 entre os representantes da “Da Nascente” e os do Município:

1. Os representantes da “Da Nascente”, na pessoa do Dr. Paulo Lourenço, manifestaram a intenção de **retomar o diálogo com o Município** a partir dos consensos a que já anteriormente as partes haviam chegado. Os representantes do Município destacaram que o diálogo havia sido interrompido pelo silêncio a que a empresa – inexplicavelmente – se remeteu e que apesar do recente agudizar das conversações, estavam disponíveis para retomá-las, sem, no entanto, poder garantir, à partida e sem a apreciação superior que se impõe, qualquer tipo de consenso (sobretudo no que respeita à contrapartida devida pela empresa).

2. Os representantes quer da empresa, quer do Município, alvitram a possibilidade de não ter nunca sido emitido um título autónomo designado de **“licença de estabelecimento”**, uma vez que não consta cópia da mesma no processo da Câmara Municipal, nem a empresa dispõe de qualquer original. Admitiu-se a possibilidade da licença de estabelecimento atribuída ao Município (dela se faz referência num ofício da tutela à CMM, que consta dos autos) estar consubstanciada no próprio contrato de exploração.

3. No que respeita às **restantes licenças**, a empresa informou que dispõe de autorização de laboração, sendo que, com a regularização urbanística do loteamento industrial, poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

finalmente ser emitida pelo Município a licença de utilização e, posteriormente, a licença de exploração industrial.

4. Foram entregues aos representantes do Município: original da **planta de desafecção de área à RAN**, para autenticação de cópia pelos Serviços e ainda **cópia da licença de utilização de recursos hídricos**, emitida pela CCDRC, com validade até 31.08.2009.

5. No que respeita aos dados sobre o **volume de água utilizada e engarrafada**, a empresa informou ser difícil precisar porque não dispõe de medidor, muito embora se saiba que a proporção é de um litro de água engarrafada para um litro e meio de água gasta. A “Da Nascente” explicou ainda o modo de funcionamento do sistema de divisão natural da água recebida da nascente e o sistema que, por acordo, agora vigora (repartição através de válvulas que são manuseadas de acordo com as necessidades quer da empresa, quer da AZC).

6. Acerca da possibilidade de se instalar um **caudalímetro**, a empresa considera que se trata de uma solução que não serve para o cálculo da contrapartida a pagar ao Município, daí se ter avançado, já em momento anterior, para a solução das contas certificadas. Confrontada com a impossibilidade do Município aceitar a última versão proposta pela empresa (água vendida a preço diferente de zero...), a empresa explicou que o valor da água dada é insignificante. Só assim não seria se se enveredasse pelo ramo da cerveja ou sumos. Concluiu-se assim que deverão ser feitas diligências para instalação do caudalímetro, cujo custo rondará os três mil euros, tendo a empresa salientado que, nesse caso, se deverá garantir o caudal ecológico de 1/3 da nascente que, alegadamente, está a ser absorvido pela conduta velha. Além disso, a CMM decidirá da sua comparticipação ou não nos custos de instalação do caudalímetro e fixará um prazo para a instalação do mesmo.

7. A “da Nascente” insistiu ainda na disponibilidade da CMM para perdoar o valor de **contrapartida já em dívida** e para admitir ainda mais um **período de carência**, pelo menos até ao *terminus* da insolvência. A este propósito, os representantes da CMM na reunião, reiteraram a sua inaptidão para assumir decisões e sublinharam que, mesmo que a resposta seja afirmativa, sempre o Município terá de quantificar os valores de que vai prescindir.

8. A “Da Nascente” informou que apresentará os **documentos financeiros** solicitados, à excepção de alguns que dizem respeito a elementos ainda em revisão (apesar disso, a empresa fornecerá os dados ou esclarecerá o impedimento). Ficou acordado que qualquer esclarecimento adicional poderá ser dado à ROC do Município.

9. No que respeita à relação existente entre a “**Da Nascente**” e a “**Glaciar**”, a empresa continua interessada na transmissão da licença de exploração à Glaciar, desde que nisso consinta o Município.

10. A propósito da **utilização da água de nascente para a lavagem das garrafas**, a empresa explicou que não as pode lavar com a água da rede e que não dispõe ainda de mecanismo alternativo (a ar). Mais informou que não gastam água da rede nas casas de banho, embora



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

paguem a taxa de saneamento e que tinha havido acordo com o Dr. Miguel Paulino nesse sentido. Os representantes do Município informaram que desconheciam tal acordo mas que, em rigor, a água usada nas casas de banho deve ser a da rede e não a da nascente.

11. Por último, no que respeita aos aspectos específicos da **adenda ao contrato**, a empresa recordou que, no âmbito das negociações anteriormente feitas, o valor da contrapartida oscilaria entre os 0,25 e os 0,49, tendo pedido, de novo, ao Município, uma proposta equilibrada. Relativamente ao prazo, apesar dos cinquenta anos (mais renovações) inicialmente propostos, a empresa admitiu ponderar a possibilidade dos trinta anos a contar da data da assinatura da adenda.

Finalmente, acordou-se que o Município aguardaria a entrega dos documentos e, depois da sua análise, transmitiria a sua posição à “Da Nascente”.

“Na sequência do N/Ofício 1011/71, de 12/03/2009, e da reunião havida em 16/03/2009, entre o Município de Manteigas e os Representantes da “Da Nascente”, ficou acordado que o Município aguardaria a entrega de documentos, para, e uma vez analisados os mesmos, transmitir a sua posição à “Da Nascente”.

Foram solicitados os seguintes Documentos:

A. DOCUMENTOS EM FALTA OU CADUCADOS

- a) Licença de estabelecimento para exploração
- b) Licença de exploração industrial (“Licença de Laboração”)
- c) Alvará: licença de utilização
- d) Licença “actualizada” da ETAR (caducada em 2007);
- e) Licença de construção da ETAR emitida pela CMM
- f) Volume de água utilizada e de água engarrafada.

B. DOCUMENTOS DE AVALIAÇÃO A APRESENTAR PELA “DA NASCENTE”

1. Relativos a exercícios anteriores
 - a) Património afecto à exploração e seu valor actual;
 - b) Evolução das vendas nos últimos três anos.
 - c) Modelo 22 do IRC (dos dois últimos anos)
 - d) Informação Empresarial Simplificada (dos dois últimos anos)
 - e) Balancetes Analíticos de Dezembro, regularizações e de encerramento dos últimos 3 anos
 - f) Plano plurianual de Investimentos
 - g) Relatórios de Gestão
 - h) Balanços e demonstração de resultados (*)
 - i) Mapas de execução orçamental

() Caso o capital da “da Nascente” seja detido por outra empresa na sua maioria ou na totalidade, o Balanço e a Demonstração de Resultados devem apresentar a consolidação com*



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

os anexos explicativos, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.

2. Documentos previsionais para os próximos cinco anos, ano a ano

- a) Principais clientes em 2009;
- b) Plano de investimentos e respectivo orçamento;
- c) Volume de vendas previsto;
- d) Valor de vendas previsto;
- e) Despesas de exploração e manutenção (Pessoal, Água, Outras matérias-primas, Outras despesas de funcionamento)
- f) Resultados antes de impostos

C. LEGALIZAÇÃO URBANÍSTICA

- a) ETAR
- b) Loteamento Industrial
- c) Destaque de RAN
- d) Destaque da RAN (anexar ao processo original da planta)
- e) Últimas edificações (embargadas)

D. A GLACIAR E A “DA NASCENTE”: CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS?

- a) Relação entre as empresas e relação com a Câmara
- b) Contrato de concessão: “Da Nascente”

E. SISTEMA DE MEDIÇÃO

F. UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DA REDE E EFLUENTES DOMÉSTICOS

G. QUESTÕES PENDENTES

1. Situação da dívida actual: Quem paga? O quê m3? Custo? Quando?
2. Como fazer a medição – medidor de caudal? (conhecer a água disponível)
3. Que água está a ser utilizada para lavagens, limpezas e uso doméstico?
4. Que efluentes são encaminhados para a ETAR? (tipo e quantidade)
5. Que água é utilizada pela AZC, SA?
6. Que volumes são necessários para engarrafamento?
- 6.1. Os excedentes (m3), qual o destino?
7. O que falta para legalizar as licenças?
- 7.1 Quando?

H. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CONTRATO/NEGOCIAÇÃO

1. Qual a melhor forma para facturação de utilização da água?
 - a) percentagem de água entrada? M3 facturados? Valor antes dos impostos?
2. Duração do contrato: 25 + 25 anos?
3. Soluções para insuficiência de caudal?
4. Como distribuir o caudal?



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

5. Valor económico da água? Matéria-prima?

6. Período de carência?

7. Posição da “Glaciar”/“Da Nascente”/ Câmara Municipal

No dia 19/03/2009 foram entregues, pelo Dr. Cerdeira, os seguintes Documentos:

- Declaração da licença em vigor emitida pela DGGE (de 10 de Março de 2009)
- Contrato de Exploração entre a CMM e a Da Nascente
- Comunicação da atribuição de licença de estabelecimento à CMM (cópia do original arquivado na Secretaria da CMM)
- Comunicação, pela direcção Regional do Centro, dando conhecimento de que o licenciamento de estabelecimento industrial se encontra instruído
- Certidão de Localização da Unidade Industrial de 14 de Novembro de 2000
- Alvará de Licença de Utilização nº 11/98
- Comunicações da DRC dando parecer favorável à laboração
- Cópia do pedido de alteração das instalações industriais sitas na Lapa presente ao Ministério da Economia/DRC
- Requerimento a solicitar a licença de utilização das instalações, relativa à Unidade Industrial de Engarrafamento de Agua de Mesa e respectivos documentos (Notificação da DRC, Certidão da Conservatória do Registo Predial de Manteigas, Alvará de Construção, Livro de Obras Particulares, Projecto de Arquitectura)
- Licença de Utilização dos Recursos Hídricos
- Relatórios e Contas de 2006
- Relatórios e Contas de 2005
- Pedido de autorização para entrega de águas residuais da lavagem de embalagens em vidro na rede de esgotos municipal
- Alteração do Loteamento Industrial da Lapa
- Pedido de Inutilização de 7400 m2 de solos da RAN (proposta, planos)

Dos documentos apresentados chegamos à conclusão de que:

- No **ponto A** falta o documento da alínea f);

- Relativamente ao **ponto B** apenas são apresentados os Exercícios relativos aos anos de 2005 e 2006. Estão em falta, no ponto B.1: evolução das vendas nos últimos três anos, Modelo 22 do IRC (dos dois últimos anos), Informação Empresarial Simplificada (dos dois últimos anos), Balancetes Analíticos de Dezembro, regularizações e de encerramento dos últimos 3 anos, Plano plurianual de Investimentos, Relatórios de Gestão, Balanços e demonstração de resultados, Mapas de execução orçamental. nenhuns dos documentos do ponto B.2 foram apresentados. Estes documentos serão objecto de apreciação pela Revisora Oficial de Contas do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- No que toca ao **ponto C**, foram entregues vários documentos que serão objecto de análise pela DPOU.

- Relativamente aos **pontos D a H**, aquando da entrega dos documentos o Dr. João Cerdeira fez saber que não se apresenta qualquer documentação uma vez que esses pontos foram objecto de discussão na última reunião realizada entre a CMM e Da Nascente.

Os documentos apresentados serão objecto de estudo pelos Serviços competentes, ficando o Município a aguardar pela entrega da restante documentação por parte da “Da Nascente”.

-----O Senhor Vice-Presidente quis realçar que lhe custa compreender a posição da Empresa que tem urgência em que a Câmara Municipal delibere definitivamente este assunto, verificando que quando a Câmara Municipal solicita uma série de elementos fundamentais para ser tomada uma decisão responsável não foram presentes os elementos solicitados. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

Apresentação do programa funcional do Centro de Alto Rendimento em Altitude das Penhas Douradas.

-----O Senhor Vice-Presidente antes da apresentação deste assunto referenciou que tem vindo a Câmara Municipal, a par da execução do estudo prévio, a ter contactos mais informais quer com a Secretaria de Estado do Desporto quer com o Instituto do Desporto e com outros interessados designadamente a UBI, no sentido de ser viabilizada a candidatura do único Centro de Alto Rendimento de Altitude que pode ser instalado no País. O que tem sido um facto é que as candidaturas já foram prorrogadas duas vezes e agora o novo prazo acaba no dia 27 e a Câmara Municipal terá que apresentar a candidatura. A condição principal para aprovação da candidatura é a celebração de um protocolo com o Instituto do Desporto. Já foram feitos contactos em presença quer pelo Senhor Presidente quer pelo Senhor Vice-Presidente na pessoa do Senhor Secretário de Estado e também na pessoa do Senhor Presidente do Instituto do Desporto a quem foi solicitado para que promovesse as melhores diligências no sentido de viabilizar o Centro de Alto Rendimento. -----

-----Pelo Senhor Eng. João Carvalhinho foi apresentado o programa funcional do Centro de Alto Rendimento em Altitude das Penhas Douradas, que a seguir se transcreve:-----

Este Programa Funcional refere-se ao edifício de Centro de Alto Rendimento em Altitude das Penhas Douradas (CARA-PD) a construir nesta localidade situada no maciço central da Serra da Estrela, concelho de Manteigas. As opções programáticas e o respectivo dimensionamento tiveram em atenção a localização e a inserção dentro do núcleo urbano existente.

O CARAPD destina-se a acolher actividades desportivas de alta competição, actividades de estágios desportivos e programas destinados a actividades desportivas escolares.

As valências a instalar são as seguintes:

- a) Treino;
- b) Recuperação e relaxamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

c) Espaços de estadia e convívio.

O programa foi dividido nestas três grandes áreas funcionais que poderão subdividir-se em vários sectores de modo a permitir uma construção faseada se for essa a opção.

Nos espaços de treino existem instalações interiores e exteriores com a seguinte desagregação:

1. Complexo Exterior

- a. Pista de atletismo sintética de 400 metros em tartan;
- b. Zonas de saltos e lançamentos;
- c. Campo de jogos relvado para treino de futebol e rugby;
- d. Em redor deste complexo exterior, será instalado um trilho de aquecimento em circuito plano e relvado;

2. Piscina coberta de 50 metros com 6 linhas de água – equipada com zonas de observação subaquática e uma Sala de Treino de Força para trabalho específico da natação – Junto à piscina, equipada com aparelhos de treino da braçada e equipamentos para treino da força vocacionada para nadadores;

3. Pista de Treino coberto: nesta estrutura será instalado um ginásio polivalente com marcações dos mais diversos campos de desportos colectivos indoor, nomeadamente Basquetebol, Voleibol, Andebol, Futsal; nas áreas adjacentes serão instalados ginásios para trabalho de força e a utilizar por todas as modalidades incluindo as seguintes áreas:

- i. Zona de treino com máquinas;
- ii. Zona de Treino com pesos livres;
- iii. Zona de Treino da Resistência (passadeiras, remos, bicicletas)
- iv. Sala de desportos de combate

4. Pistas para treino outdoor: tendo como ponto de partida e de chegada o CARAPD, serão marcados trilhos para corrida, BTT e Ciclismo de Estrada com diferentes níveis de dificuldade e extensão.

Na valência de medicina, recuperação e relaxamento estão incluídas os seguintes sectores:

1. Sector de Medicina Desportiva, incluindo espaços para avaliação médica, fisioterapia, análises clínicas;
2. Sector de Avaliação, Controlo e Prescrição do Treino, destinada à avaliação, composição corporal e antropométrica, avaliação da força e avaliação cardiorespiratória;
3. Sector de relaxamento: Massagem, Jacuzzi, Sauna, Quiroterapia (recuperação com Gelo); neste núcleo prevê-se a instalação de uma piscina de tratamentos e boxes para tratamentos relacionados com a fisioterapia;
4. Laboratório destinado aos estudos físicos e motricidade humana.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A valência de estadia e convívio destina-se a albergar as áreas residenciais, as áreas de refeições, salas de estar e demais apoios à actividade de treino.

O sector de residência está programado em três grupos distintos:

1. Centro de Alto Rendimento (CAR): Conjunto de quartos individuais, com casa de banho privativa, preparados para longos períodos de residência em regime de treino e estudo;
2. Centro de Estágio de Desportistas (CED): Conjunto de quartos duplos e individuais em cama de Casal, com casa de banho privativa dado que muitos atletas são adultos e casados e vão para estes estágio com o respectivo cônjuge;
3. Centro Escolar: Conjunto de quartos com 4 e 8 camas com uma casa de banho por quarto, vocacionado para visitas de estudo, férias escolares no ski, grupos para montanhismo e actividades desportivas escolares.

O núcleo de CAR e o núcleo de CED serão programados em conjunto e o Centro escolar será independente para permitir o faseamento da construção e uma adequada gestão do seu funcionamento dado o tipo muito diferente de utilizadores.

Toda a restante área desta valência será organizada com uma lógica de espaço de estadia, com áreas de refeições, incluindo zona de alimentação para atletas e Self-Service orientado para grupos e actividades escolares e um sector de convívio que inclui um conjunto de salas de reunião subdivididas por painéis amovíveis, permitindo a interligação de todas as salas formando um pequeno auditório, uma biblioteca e uma sala de estar.

Todo este sector será desenhado com algum cuidado transmitindo uma grande sensação de bem-estar e por isso propõe-se que estes espaços sejam abertos para a paisagem envolvente.

Este sector de espaços de lazer e de refeições será constituído como uma área de base que garante toda a funcionalidade desde o início da operação CARA-PD e toda a estrutura tem como objectivo proporcionar uma adequada interligação entre as áreas funcionais e conseguir uma melhor adaptação ao terreno existente.

O CARA-PD será dotado das necessárias instalações de logística de apoio às suas actividades incluindo nomeadamente de Serviço administrativo, cozinha, diversos arrumos para material desportivo, lavandaria com pequeno sector para self-service, zona oficial e de manutenção, garagem.

De uma maneira geral o edifício contempla as seguintes funcionalidades: recepção, área administrativa, sala de alojamento para quartos individuais e quartos duplos, sala de estar, biblioteca, sala de refeições, cozinha, logística, instalações para o pessoal, medicina física, medicina desportiva, zona de relaxamento, laboratório, salas de grupos, balneários, área de jogos *indoor*, ginásios com arrumos, corredor de velocidade, piscina (50x25m) e balneários.

Apresentação do estudo prévio para a Requalificação Urbana e Reconversão do Complexo Fabril de S. Gabriel.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi presente ao Executivo, para apreciação, o “Estudo Prévio para a Requalificação Urbana e Reconversão do Complexo Fabril de São Gabriel”, apresentado pelo Eng.º João Carvalhinho e que teve como autora a Arq.^{ta} Salette Marques e no seguimento do programa funcional aprovado em Março de 2006.

Este processo resultou de uma iniciativa da Câmara, em parceria com os actuais proprietários do espaço, que elaborou um programa base e que foi presente em reunião Camarária em 22 de Março de 2006.

Posteriormente teve lugar um concurso para a elaboração do referido estudo, tendo este servido de base a uma candidatura à AIBT Serra da Estrela.

Tendo por missão a requalificação de um espaço degradado e de forma a perpetuar uma parte da história da Vila de Manteigas, ao autor do estudo era pedido um conjunto de valências e funcionalidades a afectar ao local.

O trabalho está elaborado em 3D e permite visualizar, em várias perspectivas, o existente e o proposto.

Ressalta do trabalho a preocupação da autora do estudo, em intervir nos diversos edifícios com apontamentos arquitectónicos inovadores mas sempre respeitando as características e as fachadas existentes assim como os seus materiais.

Assim, foi proposto afectar as “**Portas de Entrada do Concelho**” ao edifício localizado junto à EN 232. Os objectivos principais deste edifício passarão pela promoção e apresentação de todo o espaço de S. Gabriel, constituição do centro de documentação do Concelho de Manteigas, promoção dos produtos locais e acolhimento dos visitantes de uma forma marcante.

De uma forma geral, este espaço terá como principal função servir de “Sala de Visitas do Concelho”. As áreas funcionais propostas genericamente são: espaço de leitura informal, balcão de atendimento, zona de consulta de documentos, espaço informático, sector audiovisual, área de comercialização de produtos locais e cafetaria com esplanada.

Percorrendo o arruamento virado a poente verifica-se a existência de várias construções em ruínas. Aqui é proposta, como principal intervenção, a recuperação destas construções e reconversão para vários “**Apartamentos Turísticos**”. Para além da recuperação dos edifícios o objectivo principal desta proposta é por um lado aumentar a capacidade de oferta hoteleira no Concelho e por outro lado convidar os visitantes a permanecer e usufruir das diversas actividades e ofertas do complexo.

Prevê-se para estes espaços 18 unidades de alojamento, com uma capacidade de 60 pessoas, nomeadamente com as seguintes tipologias: T1 – 7 unidades; T2 – 10 unidades; T3 – 1 unidade. Numa das construções está prevista uma recepção/portaria.

Junto aos apartamentos turísticos é proposta uma “**Estância de Repouso e de Reabilitação**”. Para além de possuir um portfólio de valências médicas e de enfermagem, a grande aposta deste centro é o de proporcionar estadias de alta qualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

As áreas funcionais destes edifícios, que podem ser também usufruídas pelos utilizadores dos apartamentos turísticos, são: zona de serviços, zona de quartos, área de convívio e actividades, área de bem-estar e lazer com piscina e ginásio, área de refeições, área de saúde com internamento e todos os espaços de apoio obrigatórios. A capacidade total desta Estância é de 29 utilizadores.

Na zona da mini-hídrica e zonas adjacentes está proposto o “**Centro de Ciência Viva do Ambiente**”.

Este centro tem como objectivo principal a divulgação da cultura científica e tecnológica junto das populações. Com este espaço, que se pretende dinamizador quer na área do conhecimento quer na do lazer, pretende-se estimular a curiosidade científica e o desejo de aprender.

Propõe-se a organização do espaço deste centro em várias secções, consoante as funções atribuídas: área expositiva, área laboratorial, oficinas, mediateca, ciber-café, auditório, loja de vendas e salão polivalente de eventos.

A grande atracção deste equipamento será sem dúvida a visualização da água e das turbinas na produção de energia eléctrica. A autora propõe o lema “aprender com a água” e focaliza este espaço para um público escolar mais jovem.

Conexo a este equipamento encontram-se umas ruínas viradas a Sul que, pela sua exposição solar, apresentam boas condições para a criação de um “**Centro de Floricultura**”.

O objectivo principal é o de promover a flora e as espécies autóctones da região fazendo-se uma estufa com as seguintes valências: espaço de produção e venda de flores e arbustos, espaço de experimentação, zonas de lazer, oficinas, parque de exposições, laboratórios e zona de apoio e manutenção aos jardins de todo o complexo.

Relacionado com o Centro de Floricultura e adjacente ao Centro de Ciência Viva do Ambiente encontra-se um pavilhão industrial para o qual se propõe a instalação do “**Centro de Interpretação Ambiental do Parque Natural da Serra da Estrela**”.

A perspectiva deste centro tem toda a justificação no quadro conceptual dos novos valores ligados à conservação, interpretação e divulgação da natureza e do meio ambiente.

Pretende-se uma série de espaços e valências para este recinto: zonas de exposições temporárias e permanentes, zonas de atelier, herbário, salas de formação e ensino, gabinetes técnicos, auditório ao ar livre com ecrã gigante e com capacidade de 225 pessoas, auditório interior com sistema de projecção estereoscópica com capacidade de 279 pessoas, laboratórios, oficinas, espaço internet, banco de sementes e loja de vendas.

Todo o espaço exterior deste complexo está ligado a este Centro e é complementado pelas seguintes áreas de actividade: parque de campismo, viveiros, arborismo didáctico, quinta pedagógica, parque botânico, anfiteatro, estação meteorológica, prados e parque.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Nos edifícios localizados a Poente do complexo, propõe-se a instalação de um espaço museológico que será um “**Pólo do Museu de Lanifícios**”. Aqui serão recuperadas as estruturas tanto na área das caldeiras como no lavadouro.

O programa espacial é constituído pelas seguintes funcionalidades: sala de acolhimento, loja de vendas, cafetaria com esplanada, restaurante, sala para exposição permanente, sala de exposições temporárias, salas para ateliers e workshops, centro de documentação/biblioteca, auditório e todas as áreas de apoio associadas.

O estudo prevê a execução de um parque de estacionamento, melhoramento das vias de acesso, e em articulação com todo o complexo, a execução de todas as infra-estruturas básicas tendo como preocupação as questões ambientais e a sustentabilidade energética dos edifícios.

Ao nível paisagístico prevê-se a reconversão do coberto vegetal, implementação e limpeza de percursos pedestres, criação de um percurso de manutenção orientado para seniores (percurso geriátrico), um parque botânico, uma quinta pedagógica, actividade de taxonomia e espaços de promoção de actividades relacionadas com a preservação, sensibilização e informação das espécies vegetais e da natureza de uma forma geral.

O estudo constitui uma meta muito ambiciosa e de uma maneira geral pode concluir-se que houve o cuidado de articular todos os temas previstos no programa previsto no concurso, respeitar o aspecto arquitectónico edificado e apresentar propostas arrojadas e inovadoras que potenciem os recursos endógenos existentes no Concelho e na Região.

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usando da palavra referiu que o que foi apresentado, são documentos que servem apenas de base à apresentação e suporte de candidatura. Ficou no entanto extremamente satisfeito por saber que o processo está a ser conduzido e levado a bom termo pelo Governo, porquanto no início deste mandato, o Governo através da voz do Senhor Secretário de Estado do Desporto, referiu na Guarda, que a política deste Governo não passava pela construção de Centros de Alto Rendimento. O Concelho de Manteigas vai ser beneficiado com este equipamento que já tinha sido negado noutra concelho onde já havia projecto aprovado e protocolo de financiamento para a sua construção. Não tem dúvida que a haver Centro de Estágio de Alto Rendimento, o melhor local será nas Penhas Douradas e como Manteigas tem este processo no bom caminho fica satisfeito -----

Em relação ao processo de São Gabriel parece-lhe que contém uma funcionalidade repetida no projecto da Fábrica do Rio, nomeadamente em relação às energias renováveis.-----

Em relação às restantes valências que estão previstas para o mesmo espaço, como é feita a sua compatibilização? Vão funcionar em separado, ou todas em conjunto? E em que fase é que estão as negociações com os proprietários? Existe a possibilidade de celebração ou não de um protocolo com os proprietários?-----

Manifesta toda a disponibilidade na contribuição para que este processo avance, pois a maior parte das valências, também tinham sido apresentadas no seu programa eleitoral para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

revitalização da aldeia de S. Gabriel, mas para chegar a uma primeira conclusão sólida, é necessário chegar à aquisição do espaço, ou à negociação da exploração em, conjunto com os proprietários, para que se possa implementar este projecto. Pelo que sabe e lhe foi dito por um dos co-proprietários, não há neste momento qualquer negociação em curso. Refere ainda, que no que respeita a este projecto e ao anterior, o Centro de Estágio de Alto Rendimento, estamos apenas e só perante os respectivos Programas Funcionais para servirem de base a candidaturas e que daqui até aos projectos definitivos, vai um passo muito grande. Espera que não sejam apenas castelos no ar em tempo de eleições autárquicas, como tem acontecido com tantos outros. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que sem haver interesse por parte da iniciativa privada não é pensável concretizar este projecto. Poderá haver equipamentos que a Câmara Municipal assumirá. Houve da parte dos proprietários a autorização para a realização do estudo e a visitação ao local. Informou que o compromisso da Câmara Municipal deve cessar nesta fase depois de devidamente esclarecidos alguns aspectos. Outro factor determinante é a Câmara Municipal ter a capacidade de despertar o interesse deste projecto junto de potenciais investidores. Existe uma previsão para que no mês de Maio seja organizado um workshop com empresas nacionais ligadas ao turismo de saúde e bem-estar, nomeadamente. -----

Assunto tratados por subdelegação. -----

-----Foi presente a relação número 4/09 dos actos praticados por subdelegação do Senhor Vereador José Pinheiro. -----

Outros assuntos -----

-----O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento e ao mesmo tempo felicitou a Associação “Manteigas Futsal” constituída há menos de um ano, por ter-se sagrado campeão distrital quer na parte dos seniores quer dos juniores, na modalidade de futsal, tendo ascendido ao escalão seguinte. -----

Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia vinte e três, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cinquenta e um mil oitocentos e trinta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos (51.831,55) €. -----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Martiniano Martins Batista, Secretário do Presidente que a redigi. --



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
